



MAI

MAI AMBIENTE

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

| | |
|---------------|--|
| PROCEDIMENTO: | CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL - ARTIGO 131º E SEGUINTE DO CCP |
|---------------|--|

| | |
|-------------|--|
| PREÇO BASE: | 362.000,00€ (TREZENTOS E SESENTA E DOIS MIL EUROS) |
|-------------|--|

| | |
|--------------------|---|
| OBJETO CONTRATUAL: | “FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLO DE ACESSOS EM CONTENTORES SEMIENTERRADOS” |
|--------------------|---|

Índice

| | |
|--|-----------|
| Cláusula 1ª Objeto do concurso e CPV | 4 |
| Cláusula 2ª Entidade pública Adjudicante | 4 |
| Cláusula 3ª Órgão que tomou a decisão de contratar | 4 |
| Cláusula 4ª Preço base e Prazo | 5 |
| Cláusula 5ª Concorrentes | 5 |
| Cláusula 6ª | 5 |
| Critério de adjudicação | 5 |
| SECÇÃO II PEÇAS DO PROCEDIMENTO | 8 |
| Cláusula 7ª Consulta e fornecimento das peças do procedimento | 8 |
| Cláusula 8ª Esclarecimentos, Erros e Omissões e retificações das peças do procedimento | 9 |
| SECÇÃO III PROPOSTAS | 10 |
| Cláusula 9ª Apresentação das propostas | 10 |
| Cláusula 10ª Proposta | 10 |
| Cláusula 11ª Propostas variantes | 12 |
| Cláusula 12ª Documentos que constituem a proposta | 12 |
| Cláusula 13ª Modo de apresentação da proposta | 14 |
| Cláusula 14ª Retirada da Proposta | 14 |
| SECÇÃO IV ABERTURA DE PROPOSTAS | 14 |
| Cláusula 15ª Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas | 14 |
| SECÇÃO V ANÁLISE DAS PROPOSTAS | 15 |
| Cláusula 16ª Esclarecimentos sobre as propostas | 15 |
| Cláusula 17ª Exclusão de propostas | 15 |
| Cláusula 18ª Leilão eletrónico | 16 |
| SECÇÃO VI ADJUDICAÇÃO | 17 |
| Cláusula 19ª Relatório preliminar | 17 |
| Cláusula 20ª Audiência prévia | 17 |
| Cláusula 21ª Relatório final | 17 |
| Cláusula 22ª Dever de adjudicação | 17 |
| Cláusula 23ª Causas de não adjudicação | 18 |
| Cláusula 24ª Notificação da decisão de adjudicação | 18 |
| Cláusula 25ª Documentos de habilitação | 19 |
| Cláusula 26ª Modo de apresentação dos documentos de habilitação | 21 |
| Cláusula 27ª Caução | 21 |
| Cláusula 28ª Modo de prestação da caução | 22 |
| Cláusula 29ª Notificação da apresentação dos documentos de habilitação | 22 |
| Cláusula 30ª Não Outorga do Contrato | 23 |
| SECÇÃO VII CONTRATO | 23 |
| Cláusula 31ª Aceitação da minuta do contrato | 23 |
| Cláusula 32ª Reclamações contra a minuta | 24 |
| Cláusula 33ª Celebração de contrato escrito | 24 |



MAI

MAI AMBIENTE

| | |
|---|-----------|
| SECÇÃO VIII DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS | 25 |
| Cláusula 34ª Prova de declarações | 25 |
| Cláusula 35ª Falsidade de documentos e de declarações | 25 |
| Cláusula 36ª Idoneidade..... | 25 |
| SECÇÃO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS..... | 26 |
| Cláusula 37ª Encargos do Adjudicatário | 26 |
| Cláusula 38ª Legislação Aplicável | 26 |
| ANEXO I Modelo de declaração Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)..... | 27 |
| ANEXO II Modelo de declaração | 28 |
| ANEXO III Modelo de proposta de preço | 29 |
| ANEXO IV (Modelo de) garantia bancária/seguro de caução | 31 |

Cláusula 1ª

Objeto do concurso e CPV

- 1 - O presente concurso tem por objeto o “Sistema de controlo de acessos em contentores semienterrados” com a seguinte classificação: CPV 42961100-1 - Sistema de controlo de acessos - Classificação relativa ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos.
- 2 - O processo de concurso decorrerá por “CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL” nos termos do artigo 131º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual introduzida pela Lei nº 30/2021, de 21 de maio.
- 3 - As peças que instruem o presente processo de Concurso são o Programa de Concurso, o Caderno de Encargos e o Anexo I.
- 4 - A Maiambiente reserva-se ao direito de condicionar, quer a adjudicação, quer a vigência do contrato automaticamente à aprovação pelo NORTE2030 - Projeto "Implementação do Modelo PAYT Associado a Contentores de Proximidade.

Cláusula 2ª

Entidade pública Adjudicante

A entidade pública adjudicante é a Maiambiente, com sede na Rua 05 de Outubro, nº 359, 4475-302, Milheiros, Maia, com o telefone n.º 229 478 130, com o fax n.º 229 478 139 e com o endereço eletrónico daf@maiambiente.pt.

Cláusula 3ª

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho de Administração em reunião ordinária de **13/11/2024**.

Cláusula 4ª

Preço base e Prazo

- 1 - O Preço Base é de **362.000,00€ (trezentos e sessenta e dois mil euros)**.
- 2 - O presente procedimento Concurso mantém-se em vigor pelo prazo de **36 meses**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 5ª

Concorrentes

- 1- Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.
- 2- É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, o qual deve assumir a forma jurídica de Agrupamento complementar de empresas ou Consórcio Externo em regime de responsabilidade solidária, quando lhe for adjudicado o contrato. No caso de consórcio, todas as empresas integrantes devem satisfazer as disposições de idoneidade referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3- Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.

Cláusula 6ª

Critério de adjudicação

- 1- A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, na **modalidade de multifator**, tendo em conta o seguinte modelo de avaliação de propostas:

F1 - Preço Proposto: 60%

F2 - Prazo de garantia dos equipamentos: 20%

F3 – Valia técnica da proposta: 20%

Nota 1:

Para a determinação da posição e classificação dos Concorrentes no Fator “Preço Proposto”, será utilizada a aplicação da seguinte fórmula:

$$p(\%) = \left(\frac{PBase - Pprop.}{PBase} \right) \times 100\%$$

em que:

p (%) – Percentagem calculada;

PBase – Preço máximo, não podendo o mesmo exceder o valor de 362.000,00€ (trezentos e sessenta e dois mil euros), excluindo IVA;

Pprop. – Preço da Proposta em análise

Nota 2:

Para a determinação da posição e classificação dos Concorrentes no Fator “Prazo de garantia dos equipamentos proposto”, será utilizada a seguinte grelha:

| N.º de anos de garantia | Percentagem atribuída |
|-------------------------|-----------------------|
| >6 | 20% |
| 5 | 10% |
| 4 | 5% |
| 3 | 1% |

Este fator é avaliado pelo número de anos de garantia dos equipamentos a fornecer, indicado no documento da proposta.

Nota 3:

Para o Fator “Valia Técnica da Proposta”, as Propostas serão classificadas da seguinte forma:

| Atributo da Proposta | Percentagem atribuída |
|---|------------------------------|
| Proposta cuja abordagem não contém lacunas e omissões, completamente adequada ao objeto do concurso, instruída com elementos formulados de forma cuidadosa, muito detalhada e aprofundada, perfeitamente clara e objetiva. Indicação e descrição pormenorizada dos bens a fornecer, demonstrando clara compreensão dos requisitos definidos no Caderno de Encargos. | 20% |
| Proposta cuja abordagem não contém lacunas e omissões, adequada ao objeto do concurso, instruída com elementos formulados de forma clara, detalhada e objetiva, nomeadamente quanto à compreensão dos requisitos definidos no Caderno de Encargos. | 15% |
| Proposta cuja abordagem não contém lacunas e omissões, mas instruída com elementos genéricos e pouco detalhados, quer ao nível da apresentação dos bens, quer na descrição dos mesmos, não refletindo uma clara compreensão do fornecimento a ser prestado, não respondendo de forma satisfatória aos requisitos definidos no Caderno de Encargos. | 10% |
| Proposta contendo lacunas graves e omissões, instruída com elementos genéricos, não adequados aos requisitos definidos no Caderno de Encargos. | 0% |

Este fator é avaliado pelos documentos das propostas referidos no presente Programa de Procedimento.

2. Em caso de empate na pontuação final entre duas ou mais propostas, são utilizados como critério de desempate, sucessivamente e pela ordem indicada:

- a. O menor preço proposto;
- b. A melhor pontuação obtida no fator F2 – Prazo de garantia dos equipamentos;
- c. A melhor pontuação obtida no fator F3 – Valia técnica da proposta.

SECÇÃO II
PEÇAS DO PROCEDIMENTO

Cláusula 7ª

Consulta e fornecimento das peças do procedimento

1. As peças que instruem o procedimento são o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos, e respetivos Anexos.
2. As peças do procedimento encontram-se disponíveis na Unidade Administrativa e Compras, onde podem ser consultadas pelos interessados, durante as horas normais de expediente (9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h), desde a data de publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Durante a consulta das peças do procedimento não é permitida a reprodução de quaisquer documentos por cópia, fotografia ou processo semelhante, nem neles fazer qualquer inscrição.
4. As peças do procedimento serão ainda disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <http://www.acingov.pt>
5. O presente procedimento será integralmente disponibilizado a todos os interessados, na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, disponibilizada pela empresa ACIN – iCloud Solutions, Lda, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.
6. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o download das peças do procedimento. Para ter acesso à plataforma da AcinGov, deverá efetuar o registo no endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>.
7. Para concluir o registo deverá seguir os passos do formulário, e no final enviar a documentação solicitada para a AcinGov.
8. Não é necessário o interessado efetuar o processo de registo para ter acesso, no caso de o mesmo já ser utilizador da mesma.

Cláusula 8ª

Esclarecimentos, Erros e Omissões e retificações das peças do procedimento

- 1- Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, não sendo considerados os pedidos com data de solicitação posterior ao termo do referido prazo.
- 2- No mesmo prazo, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
- 3- Os pedidos devem ser solicitados por escrito ao júri, através da plataforma eletrónica de contratação AcinGOV em <http://www.acingovpt>.
- 4- Até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o Júri deve prestar os esclarecimentos solicitados, e o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- 5- O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.
- 6- Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 4, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto em matéria de prorrogação do prazo fixado para apresentação de propostas.
- 7- Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGOV em <http://www.acingovpt>.
- 8- , e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

SECÇÃO III
PROPOSTAS

Cláusula 9ª

Apresentação das propostas

- 1- Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGOV em <http://www.acingov.pt>, **até às 18:00h do 30º (trigésimo) dia** a contar da data de envio para publicação do anúncio no Diário da República e Jornal Oficial da União Europeia, assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
- 2- A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos interessados um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
- 3- Os interessados devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data e hora referidas no n.º 1 do presente artigo.
- 4- A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos interessados um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
- 5- A proposta deve ser assinada eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
- 6- A proposta deve ser assinada eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 7- Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.

Cláusula 10ª

Proposta

- 1- Na proposta o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 2- Na proposta o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para avaliação da mesma.

- 3- O preço, que não deve incluir o I.V.A., deve ser indicado em algarismos. Quando o preço constante da proposta for também indicado por extenso, em caso de divergência, este prevalece, para todos os efeitos, sobre o preço indicado em algarismos.
- 4- A proposta deve mencionar expressamente que ao preço contratual acresce o I.V.A., indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável.
- 5- A proposta deve ser assinada eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
- 6- As declarações ao abrigo do artigo 57º do CCP, bem como a Proposta de Preço dos Documentos que integram a Proposta, devem ser assinadas pelo representante legal do Concorrente ou por Procurador. Sempre que seja assinada por Procurador, juntar-se-á procuração que confira a estes últimos poderes para o efeito, devidamente legalizada.
- 7- No caso de agrupamento de concorrentes, a declaração ao abrigo do Artigo 57º do CCP, bem como a Proposta, devem ser assinadas por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum, quando acompanhada de instrumentos de mandato, emitido por cada uma das entidades que o compõem, designando um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do concurso.
- 8- O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 dias contados da data-limite para a sua entrega.
- 9- Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.
- 10- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a exclusão da proposta apresentada, bem como da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal.
- 11- Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Cláusula 11ª

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Cláusula 12ª

Documentos que constituem a proposta

1- A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), em cumprimento do nº 6 do artigo 57º do CCP;
- b) Preço total da proposta e lista de preços unitários (Anexo III);
- c) Documento que refira os atributos da proposta, conforme artigo 57.º alínea b) do CCP;
- d) Cópia do pacto social ou certidão, devidamente atualizada, emitida pela Conservatória do Registo Comercial, onde conste o objeto de sociedade do concorrente;
- e) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando aplicável;
- f) Declaração relativa ao prazo de garantia dos equipamentos
- g) Memória descritiva, características, fichas técnicas e certificados dos equipamentos propostos, nomeadamente onde seja claramente descrito:
 - i. Marca/modelo dos equipamentos;
 - ii. Características com os elementos indicados no Caderno de Encargos;
 - iii. Desenhos Técnicos;
 - iv. Registo fotográfico a cores;
 - v. Todos os certificados necessários para avaliação dos equipamentos;
 - vi. Fabricante e local de fabrico.

2 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a exclusão da proposta apresentada, bem como da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal.

- 3 - Os concorrentes nacionais de outros Estados Membros da União Europeia, ou neles estabelecidos, devem deter os requisitos exigidos legalmente nesse Estado membro para a prestação de serviços objeto do contrato.
- 4 - No caso de na ordem jurídica do país de origem do concorrente não existir documento idêntico ao especialmente requerido, pode o mesmo ser substituído por declaração sobre compromisso de honra feita pelo concorrente perante uma autoridade judiciária ou administrativa, notário ou outra autoridade competente do país de origem.
- 5 - No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deve apresentar os documentos referidos nos números anteriores.
- 6 - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea b) do n.º 1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os membros ou respetivos representantes.
- 7- Os documentos que acompanham as propostas devem ser assinados pelas entidades que os emitem.
- 8 - Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Cláusula 13ª

Amostras

- 1- Além dos documentos previstos no Artigo anterior, o Concorrente deverá apresentar a proposta de tampa em PEAD (polietileno de alta densidade), com tambor duplo em inox (60L) para equipamento semienterrado de 5m³ e sistema de controlo de acessos eletrónico, referidas no Caderno de Encargos, assim como o seu funcionamento de acordo com as características requeridas e fichas técnicas dos equipamentos.
- 2- As demonstrações previstas no número anterior serão efetuadas entre o 1.º e o 10.º dia útil após a data de abertura das propostas, mediante notificação da Maiambiente, através de mensagem na plataforma eletrónica de contratação pública acinGOV, da data, hora e forma de realização.
- 3- A não demonstração da amostra é causa de exclusão da proposta.

- 4- O não cumprimento de todas as características e requisitos previstos no Caderno de Encargos é causa de exclusão da proposta.

Cláusula 14ª

Modo de apresentação da proposta

- 5- Os documentos referidos na cláusula 12ª devem seguir a ordem apresentada e o nome dos ficheiros deve permitir a sua imediata identificação;
- 6- Cada documento deve constituir um ficheiro autónomo;
- 7- A colocação de ficheiros na plataforma deverá ser otimizada, devendo para o efeito agruparem-se ficheiros autónomos em ficheiros/pastas comprimidas, devendo a identificação ser fácil e imediata.

Cláusula 15ª

Retirada da Proposta

- 1- Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las.
- 2- O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

SECÇÃO IV

ABERTURA DE PROPOSTAS

Cláusula 16ª

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

- 1 - O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica de contratação pública acinGOV em <http://www.acingov.pt>.
- 2 - Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
- 3 - O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

4 - Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

SECÇÃO V **ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

Cláusula 17ª

Esclarecimentos sobre as propostas

- 1- O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e avaliação das mesmas.
- 2- Os esclarecimentos referidos no número anterior são disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública acinGOV em <http://www.acingov.pt>, sendo todos os concorrentes imediatamente notificados desse facto.

Cláusula 18ª

Exclusão de propostas

- 1- São excluídas as propostas:
 - a) Que tenham sido apresentadas depois do prazo fixado;
 - b) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no presente Programa do Procedimento;
 - c) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a Maiambiente tenha conhecimento que se verifica algumas das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
 - d) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos no presente Programa do Procedimento, ou não cumpram o que ali se encontra estabelecido;
 - e) Que sejam apresentadas como variantes, em violação do disposto no presente Programa do Procedimento;
 - f) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixado no presente Programa do Procedimento;



MAI

MAI AMBIENTE

- g) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações.
- h) Que não apresentem a Amostra no prazo indicado e/ou não cumpram com os requisitos técnicos e/ou certificações.

2- São ainda excluídas as propostas cuja análise revele:

- a) Que não apresentam algum dos atributos da proposta, nos termos referido no presente Programa do Procedimento;
- b) Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
- c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- d) Que o preço contratual seria superior ao preço base;
- e) Um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.
- f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

Cláusula 19ª

Leilão eletrónico

A Maiambiente não vai recorrer à realização de leilão eletrónico.

SECÇÃO VI
ADJUDICAÇÃO

Cláusula 20ª

Relatório preliminar

- 1- Após a análise das propostas e a aplicação às mesmas do critério de adjudicação, o júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual deve propor a ordenação das propostas.
- 2- No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, relativamente às quais se verifique alguma das situações a que anteriormente se alude.

Cláusula 21ª

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar referido na cláusula anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGOV em <http://www.acingov.pt>, no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a cinco dias úteis.

Cláusula 22ª

Relatório final

Cumprido o disposto na clausula anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, nos termos previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

Cláusula 23ª

Dever de adjudicação

A decisão de adjudicação e respetiva notificação ao concorrente deve ter lugar até ao termo do prazo da obrigação da manutenção das propostas.

Cláusula 24ª

Causas de não adjudicação

- 1- Não há lugar à adjudicação nos seguintes casos:
 - a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
 - d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem;
 - e) A Entidade Adjudicante considere, fundamentadamente, que todos os preços apresentados são inaceitáveis;
 - f) No procedimento de diálogo concorrencial, nenhuma das soluções apresentadas satisfaça as necessidades e as exigências da Maiambiente.
 - g) No procedimento para a celebração de acordo quadro com várias entidades, o número de propostas apresentadas ou admitidas seja inferior ao número mínimo previsto no programa de concurso.
- 2- A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.
- 3- No caso da alínea c) do n.º 1, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.
- 4- A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

Cláusula 25ª

Notificação da decisão de adjudicação

- 1- A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
- 2- Juntamente com a decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no presente Programa do Procedimento;
 - b) Prestar caução, se esta for devida, indicando expressamente o seu valor;



MAIA

MAIA AMBIENTE

- c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - d) Se pronunciar sobre a minuta de contrato, quando este for reduzido a escrito;
 - e) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição de sociedade comercial de acordo com os requisitos fixados nas peças de procedimento e os termos de proposta adjudicada.
- 3- As notificações antes referidas são acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Cláusula 26ª

Documentos de habilitação

- 1- Os documentos de habilitação a apresentar pela entidade adjudicatária, no prazo de 10 dias, são os seguintes:
- a) Declaração do concorrente elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao presente Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante;
 - b) Documento comprovativo de que o concorrente não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados por aqueles crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;
 - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - e) Documento comprovativo de que o concorrente não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por algum dos crimes seguidamente mencionados, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de



MAIA

MAIA AMBIENTE

administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:

- i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii. Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho, de 26 de maio de 1997, e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv. Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.
- f) Tratando-se de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário deve apresentar o comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços.
- g) Serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
- 2- O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do Programa do Procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.
- 3- Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação deverão ser apresentados por todos os seus membros.
- 4- Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 5- Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
- 6- Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos dos números anteriores, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis destinado ao seu suprimento.

Cláusula 27^a

Modo de apresentação dos documentos de habilitação

- 1- O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação antes referidos, preferencialmente, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGOV em <http://www.acingov.pt>.
- 2- Quando os documentos a que se referem o presente Programa do Procedimento se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao Conselho de Administração o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 3- Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a Maiambiente consulte a informação relativa a qualquer dos documentos mencionados no número anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1 ou a indicação prevista no número anterior.
- 4- O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

Cláusula 28^a

Caução

- 1- Para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deve apresentar caução do valor de 5% (cinco) do preço contratual.
- 2- O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da notificação da adjudicação, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.

Cláusula 29ª

Modo de prestação da caução

- 1- A caução pode ser prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme modelo constante do Anexo V ao presente Programa do Procedimento.
- 2- O depósito em dinheiro ou títulos efetua-se em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da Maiambiente, devendo especificar o fim a que se destina.
- 3- Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.
- 4- Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.
- 5- Tratando-se de seguro-caução o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar este seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.
- 6- Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação de caução.
- 7- Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 30ª

Notificação da apresentação dos documentos de habilitação

- 1- O órgão competente para decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.
- 2- Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário são disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 85.º do Código

dos Contratos Públicos, designadamente na plataforma eletrónica de contratação pública vortalGOV em <http://www.vortalgov.pt>.

Cláusula 31ª

Não Outorga do Contrato

- 1- A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:
 - a) Não apresentar os documentos de habilitação nos prazos fixados no presente Programa do Procedimento;
 - b) Não apresentar os documentos redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada;
 - c) Não prestar a caução que lhe seja exigida, em tempo e nos termos estabelecidos no presente Programa do Procedimento;
 - d) Não confirmar os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - e) Não compareça no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de se tratar de um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado na modalidade jurídica prevista no presente Programa do Procedimento.
 - f) Não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar.
- 2- Nos casos previstos no número anterior, o adjudicatário perde a caução prestada a favor da entidade adjudicante, devendo o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

SECÇÃO VII

CONTRATO

Cláusula 32ª

Aceitação da minuta do contrato

- 1- Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos.



MAIA

MAIA AMBIENTE

- 2- A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos, nos termos da lei, consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

Cláusula 33ª

Reclamações contra a minuta

- 1- São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
- 2- No prazo de 5 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Cláusula 34ª

Celebração de contrato escrito

- 1- O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 dias após a aceitação da minuta ou, consoante o caso, do conhecimento da decisão sobre a reclamação contra aquela ou do termo do prazo fixado para o respetivo deferimento tácito, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 90º;
 - d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do nº 2 do Artigo 77º.
- 2- Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário o seguinte:
 - a) No caso de assinatura presencial do contrato, a data, a hora e o local em que ocorrerá a respetiva outorga, com a antecedência mínima de cinco dias;
 - b) No caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a três dias.

SECÇÃO VIII
DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS

Cláusula 35^a

Prova de declarações

- 1- A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.
- 2- No prazo fixado na notificação da decisão de adjudicação, deve o adjudicatário entregar os documentos de habilitação exigidos, apresentando para o efeito certidões emitidas pelas autoridades competentes do respetivo Estado Membro.
- 3- Quando a não apresentação dos documentos de habilitação no prazo fixado se verificar por facto não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder, em função das razões invocadas, um prazo adicional para apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

Cláusula 36^a

Falsidade de documentos e de declarações

Sem prejuízo dos procedimentos tendentes à responsabilização e da participação às entidades competentes para efeitos de procedimento de índole criminal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações no âmbito deste procedimento determinam a exclusão imediata do concorrente e, sendo o caso, a caducidade da decisão de adjudicação.

Cláusula 37^a

Idoneidade

- 1- Podem ser excluídos do presente procedimento, em qualquer momento, os concorrentes que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2- A verificação de alguma dessas situações relativamente a um ou mais membros de um agrupamento poderá implicar a exclusão desse agrupamento.

SECÇÃO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 38ª

Encargos do Adjudicatário

- 1- Constituem encargos do adjudicatário as despesas inerentes à elaboração da proposta.
- 2- As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante.

Cláusula 39ª

Legislação Aplicável

Em tudo o que o presente Programa do Procedimento for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pela Lei nº 30/2021, de 21 de maio, na sua redação atual, bem como na demais legislação aplicável.

ANEXO I

Modelo de declaração Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

[a que se refere a alínea a) n.º 1 da cláusula 12.º do presente programa do procedimento e n.º 6 do artigo 57.º do CCP]

O DEUCP encontra-se disponível no endereço: <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter?lang=pt>

Os concorrentes devem completar o seu preenchimento com as informações que lhe digam respeito, para o efeito deverão escolher as seguintes opções:

- a) “Sou um operador económico”;
- b) “Importar um DEUCP”;
- c) “Carregar documento” – selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante;
- d) Selecionar o país do concorrente;
- e) Preencher o DEUCP com as informações exigidas e aplicáveis ao presente procedimento;
- f) Descarregar o ficheiro em formato PDF e, em seguida, proceder à assinatura eletrónica do documento e apresentado juntamente com os restantes documentos que constituem a proposta.

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

- 1- ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ² não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
- 2- O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ³] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁴ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[... (local),... (data),... [assinatura ⁵].

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁴ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁵ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III
Modelo de proposta de preço

PROPOSTA DE PREÇO

O abaixo assinado _____ de nacionalidade _____ residente em _____ profissão _____ por si ou na qualidade de _____ (legal representante) da empresa _____ com sede em _____ (ou residência), obriga-se a fornecer os bens relativos ao Concurso Público Internacional-----, perfazendo o valor global de _____ € (extenso), e que consta da lista de preços unitários abaixo, que faz parte integrante da presente proposta:

| Descrição | Quantidades |
|--|-------------|
| Fornecimento e instalação de tampas em PEAD (polietileno de alta densidade), com tambor duplo em inox (60L) para equipamento semienterrado de 5m³ e sistema de controlo de acessos eletrónico, incluindo comunicações GPRS durante 3 anos, via API | € |
| Fornecimento e instalação de tampas em PEAD (polietileno de alta densidade), com tambor duplo em inox (60L) para equipamento semienterrado de 3m³ e sistema de controlo de acessos eletrónico, incluindo comunicações GPRS durante 3 anos, via API | € |
| Fornecimento e instalação de tampa com tambor duplo em inox (60L) para equipamento enterrado de 3m³ e sistema de controlo de acessos eletrónico, incluindo comunicações GPRS durante 3 anos, via API | € |
| Fornecimento e instalação de sacos de elevação de 5 m³ , compatíveis com os contentores abrangidos pelo projeto | € |

| | |
|---|---------|
| Fornecimento e instalação de sacos de elevação de 3 m³ , compatíveis com os contentores abrangidos pelo projeto | € |
| Fornecimento e instalação de sensor de nível de enchimento nos contentores abrangidos pelo projeto | € |
| Fornecimento de chaves eletrónicas RFID identificativas para os utilizadores acederem aos equipamentos (domésticos e não domésticos) | € |

Valor Total €

Data

Assinatura



MAIA

MAIA AMBIENTE

ANEXO IV

(Modelo de) garantia bancária/seguro de caução

Garantia bancária/seguro de caução (eliminar o que não interessar) n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 6 e 8 ou 7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]